

2ª quinzena de março de 1999

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 44

Fabírcia Osanai

Política Sindical

A liberdade em cima do muro

Depois de quase seis décadas

convivendo com uma legislação que engessou a estrutura da organização sindical brasileira, as entidades querem mudança. Em tempos de desemprego galopante e baixa mobilização, o futuro mistura comitês de empresa, fim das contribuições obrigatórias e filiação voluntária. Resta saber se existe vontade de se chegar a um consenso. Se o racha persistir, pode ser que mais uma vez fique para o governo definir qual o modelo de política sindical que convém para o país.

Páginas 6, 7 e 8

**A Reforma do
Judiciário** pode

dar lugar a uma investigação política que pouco tem a mexer com a estrutura do poder. O ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, acredita que a Justiça precisa ser rápida e estar mais próxima do cidadão. Mas este não é o objetivo da CPI idealizada pelo senador Antônio Carlos Magalhães. **Página 12**



A responsabilidade é de todos

Mais uma vez temos que falar do Congresso da Andes/SN com o objetivo de tornar os professores das universidades federais bem conscientes das questões que estão envolvidas e perceber o que significa sua omissão quando não participam das assembleias gerias que definem os delegados que atuam nas instâncias deliberativas da Andes.

De pouco adianta uma maioria de professores eleger a Diretoria da Andes se a abandona à sua própria sorte. Não se inventou ainda um processo mais democrático de deliberação em um sindicato de base nacional que a eleição de delegados em Assembleias Gerais (AGs), abertas a todos os sócios onde o processo de discussão coletiva representa a posição refletida da categoria em contraposição com os professores atomizados nos seus locais de trabalho.

O que acontece é que uma parte significativa dos professores, principalmente aqueles que têm um forte engajamento no trabalho acadêmico não comparece às AGs e têm em muitos casos deixado o campo livre para colegas que, com suas posições delirantes, têm causado graves prejuízos aos professores e à própria Universidade.

Em relação aos descabros do congresso, neste número do ADVERSO consta um relatório de delegados da Adufrgs (pág. 10) que levanta os principais elementos. Gostaríamos de apresentar um exemplo concreto que mostra claramente o que dissemos anteriormente. Uma pesquisa feita pela nossa colega da UnB, Isaura Beloni, sobre a GED, revela um fato interessante. A pontuação máxima (140) foi atingida por 87,96% dos professores da Ufrgs, 68,13% dos professores da UFSM e somente por 31,66% dos professores da UFPel. Não temos nenhuma razão para supor

que esses colegas trabalham menos que nós. A diferença foi na elaboração dos critérios de pontuação, isto é, na abrangência do conjunto do trabalho docente.

No nosso entender, os colegas destas universidades (UFSM e UFPel) foram prejudicados pela posição de suas associações de docentes, que se omitiram na fixação dos critérios sob o pretexto pueril de que, como eram contra a GED, não deveriam participar do processo de sua definição.

Ora, esta postura é de um primarismo político que ignora o que se chama correlação de forças! É como se um sindicato de trabalhadores não lutasse por maiores salários porque é contra a exploração capitalista.

Nós, da Adufrgs, somos contra a GED mas consideramos que ela foi uma conquista da greve e procuramos minimizar seus efeitos perversos (o produtivismo no trabalho acadêmico, que não deve ser confundido com produtividade), assim como maximizar os ganhos de nossos colegas. Procuramos abranger e valorizar **todo** o trabalho acadêmico.

Este tipo de visão principista, que resulta em prejuízos para nós mesmos, foi a tônica do congresso. Na questão da autonomia, a busca de um projeto alternativo ao do governo para fazer a disputa política foi abandonada em nome da auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição, enquanto que a pouca autonomia que a universidade tem vem sendo erodida por legislação infraconstitucional.

No entanto, a responsabilidade sobre as decisões do Congresso da Andes e outras posturas danosas aos professores, à universidade – por que não dizer ao país – não é só dos nossos colegas equivocados, mas também daqueles que se omitem.

ADVERSO
Publicação
quinzenal
Impressa em
papel Ecograph
Tiragem:
4.500 exemplares

Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görgen
Fotografias: Fabrícia Osanai
Programação Visual: Gilmar Fraga
Diagramação: Nilson Figueiredo Filho
Revisão: Jorge D. Barbosa

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt; 1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 2º Vice: Elisabete Búrigo; 1ª Secretária: Regina Witt; 2ª Secretária: Daniela Fialho; 1º Tesoureiro: Edson Lindner; 2º Tesoureiro: Mário Brauner; 1º Suplente: Rubens Weyne; 2º Suplente: Jaqueline Moll

Seção Sindical do ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

OBSERVATÓRIO

Lei de Patentes

A polêmica Lei de Patentes, que demorou anos para ser aprovada, voltou a ser discutida no Congresso e pode reeditar as tensas relações Brasil/EUA durante sua tramitação entre 91 e 96. Um projeto do deputado federal Alberto Goldman (PSDB-SP) propõe alterações na lei para evitar o que ele considera “uma reserva de mercado”: só proprietário da patente pode vender, importar, produzir e definir como e quando o Brasil poderá usar o produto patenteado. Se uma empresa brasileira quiser importar um fármaco (substância química utilizada em remédios), por exemplo, só poderá fazê-lo se o dono da patente permitir. O projeto de Goldman tramita desde 3 de abril.

Opinião sindical

Está à disposição dos interessados o *Caderno Andes nº 16, Opinião Sindical – A Reforma Sindical e Trabalhista no Governo FHC* –, lançado durante o 18º Congresso. Quem desejar adquirir a publicação deve fazer depósito em favor da Andes/SN – Banco do Brasil, agência 3603-X, conta corrente 403726-X–, no valor correspondente à quantidade solicitada. Cada exemplar custa R\$ 3,50, já incluído o valor da postagem. Pedidos acima de 50 exemplares terão direito a um “kit” com um exemplar de cada número anterior disponível.

Desemprego

Pesquisa realizada pela Ufrgs constata que o maior temor da população gaúcha é com o fantasma do desemprego. O medo da demissão tira a tranquilidade de 39,2% dos entrevistados, a violência aparece em segundo lugar com 25,2%, enquanto a saúde soma 16,4% das respostas. O levantamento foi realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisa Administrativa (Cepa) da universidade e é resultado de convênio com a RBS.

Como apresentar um POSTER num evento científico?

- 1 Apresente apenas os pontos principais de seu trabalho. Não exagere na quantidade de texto.
- 2 Ao usar imagens, escolha aquelas que contribuam na compreensão das informações.
- 3 Colagens e recortes, costumam dar um aspecto amador. A impressão em folha única (plotagem) garante uma excelente apresentação.
- 4 Seu trabalho lhe custou muito esforço. Valorize-o com uma apresentação profissional.
- 5 Para essas e outras criações gráficas (transparências, folders, cartazes, apresentações em PowerPoint, projetos de identidade visual) procure-nos.

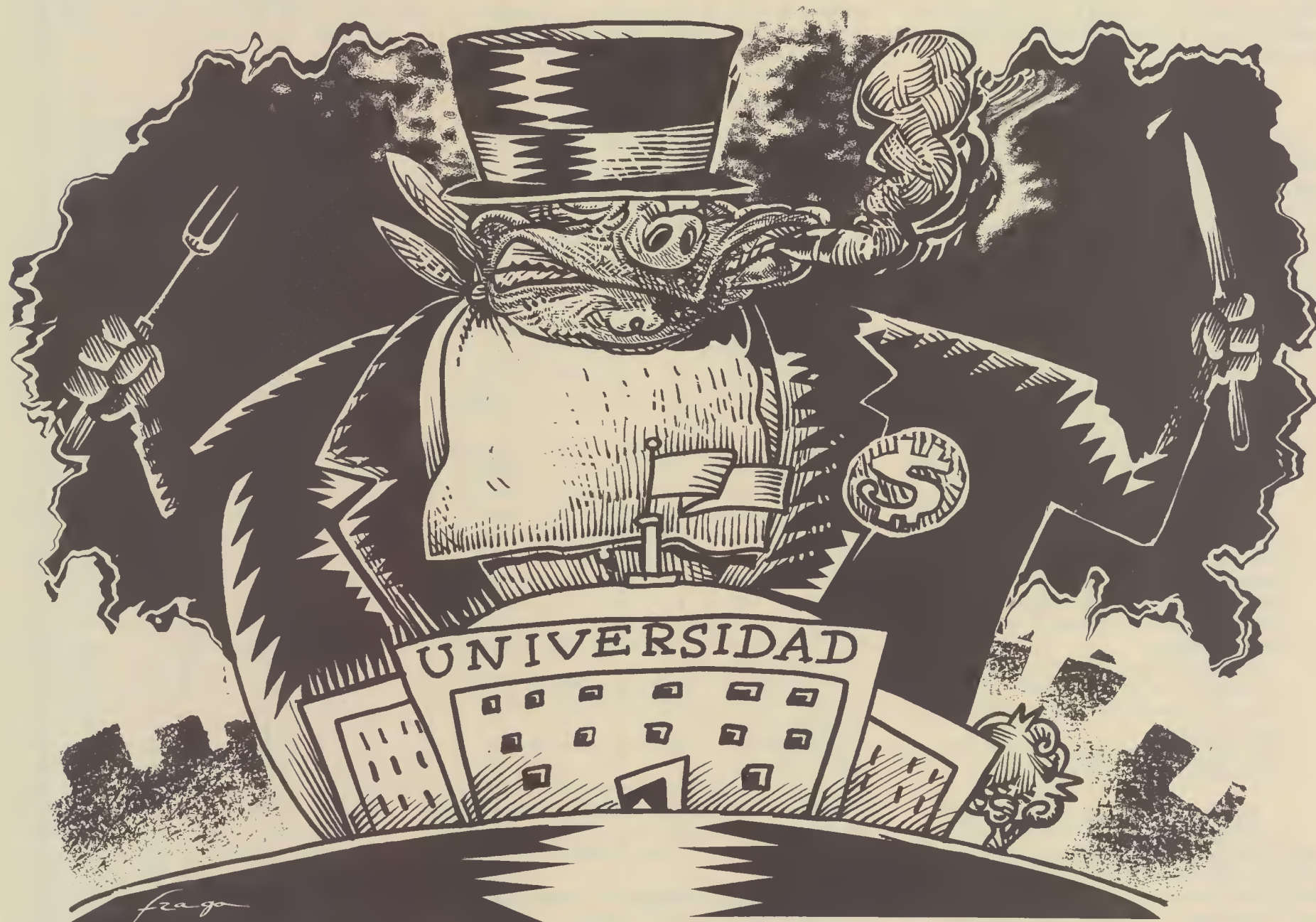
marcavisual
criações gráficas

(051) 331 05 87

Madelón Casas Damasco / Secretaria general de la Adur – R.O. del Uruguay

Universidad Pública

Autonomía y Cogobierno – Retos y Prespectivas para el 2000



Parece importante una breve introducción que nos permita ubicar a la Universidad de la República en su historia y antecedentes como institución de educación superior.

El rasgo sobresaliente, definitorio para su caracterización, en el caso de la organización universitaria uruguaya es su articulación a la estructura pública.

Haciendo acuerdo con muchos estudiosos de sus orígenes y su historia, podemos afirmar que la misma, desde su instauración, a mediados del siglo pasado – este año se cumplen 150 años de su fundación por Manuel Oribe en pleno transcurso de la Guerra Grande – se ha desarrollado como un complemento específico del entramado de servicios establecidos para encausar la intervención estatal en el ciclo de reproducción social.

Nace, a diferencia de otras universidades latinoamericanas, alejada de los determinantes confesionales y también mucho más tardíamente que la mayoría.

La institución mantuvo durante largos años la preeminencia excluyente para establecer, otorgar y acreditar títulos de habilitación profesional universitaria. Con ese cometido se desarrolló, reforzando el protagonismo del Estado, desarrollando actividades docentes y científicas. Es en este sentido que la autonomía conferida por ley articuló una amplia intervención en los asuntos sociales más amplios y un desarrollo propio de aquellas áreas de conocimiento concebidas como las más significativas a la hora de

pensar en las necesidades del país.

En circunstancias democráticas la compleja función de la U.R. se ha sustentado en un amplio reconocimiento legal de su autonomía y el cogobierno de docentes, egresados y estudiantes.

Alcanzó de esta manera el grado máximo de descentralización en la relación de subordinación con el poder central, lo cual permitió que ella pudiera modelarse como un organismo capacitado para gobernarse a sí mismo y ordenarse jurídicamente sin imposiciones políticas ajenas a su voluntad.

Es parte del Estado, según los textos constitucionales, porque cuenta con un ordenamiento jurídico como ente autónomo y porque recibe su financiamiento del presupuesto general. A cuarenta años de la aprobación del marco legal que la regula actualmente, la etapa incluye la intervención de la Universidad por el gobierno militar durante la dictadura. La misma generó destrucción y caos en la institución, efectos de los cuales aún no acabamos de reponernos.

A modo de ejemplo, en el año 85 cuando los órdenes retoman el gobierno, los recursos del presupuesto universitario destinados a la investigación científica eran del orden del 6%, en el año 1997 alcanzaron mediante una sostenida política de incrementación de los mismos, un tenor del 20%. En la misma fecha los cargos docentes con dedicación total llegaban a 37. Al día de hoy están situados en alrededor de 390 cargos, muchos proyectos de investigación aprobados

académicamente no han tenido financiación.

La refuncionalización ha debido enfrentar circunstancias totalmente nuevas. Entre ellas un severo enjuiciamiento de los medios gubernamentales del país que la perciben y declaran como disfuncional en relación al proceso de reforma del Estado que pretende programas de reducción y de ajustes rigurosos en materia de gasto público.

El discurso neoliberal afirma que el Estado no puede ser ya el instrumento principal para el desarrollo del país dado su sobredimensionamiento el cual constituye el principal obstáculo para el mejoramiento de la eficacia del mismo.

La idea de privatización aparece en la educación superior como el elemento articulador de la solución neoliberal a la cuestión de la disfuncionalidad. Ello supone la selectividad en el ingreso, el cobro de matrícula y el incremento de las instituciones privadas. Supone también la adecuación de las políticas académicas a las necesidades del capital privado, los contenidos curriculares con las exigencias del mercado, los criterios de calidad educativa y excelencia académica a la adaptación mercantil empresarial del costo-beneficio y la promoción de la ética individualista en los estudiantes. Las entidades financieras internacionales, léase BID, Banco Mundial, etc. Han sido firmes impulsoras de estas políticas y los gobiernos de turno, fieles ejecutoras de las mismas.

A cincuenta años de la Declaración de los Derechos Hu-

continua na página seguinte

continuação da página anterior

manos la contradicción entre sus postulados y lo antedicho se hace más evidente, al no reconocerse el derecho a la educación y colocar los procesos de aprendizaje y formación, en este caso en el ámbito de la educación superior, en la lógica de la mercancía y el mercado.

La Conferencia Mundial de la Unesco sobre Educación Superior recientemente realizada en París quiebra esta línea. Declara la" necesidad de preservar, reforzar y fomentar aún más las misiones y valores fundamentales de la educación superior, en particular la misión de contribuir al desarrollo sostenible y el mejoramiento del conjunto de la sociedad."

Los desafíos no resueltos por la Educación Pública Superior

A pesar de los aspectos que antes hemos mencionado y que dan ese carácter singular y democrático a la Universidad de la República, hoy la situación puede catalogarse de crítica y Adur ha insistido e impulsado, desde el año 94, en el seno de la Universidad y de sus órganos de cogobierno la reflexión sobre lo llamado en líneas generales la "Reforma Universitaria". Diversos Foro y Encuentros temáticos de discusión funcionaron a modo de instancias de democratización y participación de todos los involucrados en el entramado universitario público.

Los problemas que se enfrentan provienen,

- a. Del aumento de la matrícula, en este sentido sucede en Uruguay lo que en el resto del mundo, en pocos años de ha multiplicado por cuatro la población estudiantil, de 15.000 en la década del 60, hoy los servicios universitarios acogen 60.000 estudiantes. Según datos recientes nuestra matrícula universitaria alcanza al 2% sobre la población total, alejado de todas maneras de los guarismos de la región, que en el caso de Argentina alcanzan al 3.1% Las razones de esta explosión de la demanda de educación superior no es pertinente tratarla en este documento, pero constituye un reto diario en relación al mantenimiento de la calidad académica en el desarrollo armónico de las funciones básicas.

Podemos advertir por ejemplo un desproporcionado crecimiento de la función enseñanza y un pobre desarrollo de las actividades de investigación en algunos servicios.

- b. De dos tipos de restricciones que enfrenta la Universidad y que podemos dividir en:

1. Restricciones exógenas a la Universidad

La principal restricción exógena proviene del ahogamiento presupuestal a que ha sido sometida por las tres administraciones democráticas que han gobernado desde 1985, sobre la base de un presupuesto fuertemente deteriorado previamente por la dictadura entre 1973 y 1984.

Veamos por ejemplo algunas cifras :

* Relación de porcentaje del presupuesto universitario con PBI		
Pto univ/ PBI 1984	1%	
Pto univ/ PBI 1997	0,6%	
* Evolución comparada de Pto y PBI entre 1984 y 1998		
PBI aumentó en	60%	
Pto univ. cayó en	10%	

Como se ve el presupuesto universitario de hoy es, en pesos constantes, 10% inferior al que se tenía a la salida de la dictadura, para atender más alumnos, más investigación (casi no existió en la dictadura), más extensión (también había dejado de existir en la dictadura), etc.

Este ahogamiento presupuestal tiene incidencia directa en las posibilidades de acción de la Universidad al menos por su incidencia en los siguientes aspectos :

- La caída resultante en el salario real de los docentes que está más de 17 puntos por debajo del de la salida de la dictadura y para la mayoría de las profesiones universitaria muy por debajo de las pagas que, para dichas profesiones, se obtienen en el sector privado o en el resto del sector público.

* Salario real Universitario base 1984 = 100	82.27
* Salario real Universitario base 1994 = 100	88.89
* Salario líquidos en dólares	
Grado 1 20 horas	170 U\$S

Grado 3 20 horas	270 U\$S
Grado 5 20 horas	375 U\$S
* Canasta Familiar en Uruguay	1.600 U\$S

De lo anterior resulta un proceso migratorio de los docentes que se expresa tanto en renunciias como en reducciones horarias dándole a la acción universitaria un tiempo marginal de su trabajo y por lo tanto de su reflexión y su acción.

Las Facultades son "obligadas" a la búsqueda de recursos extrapresupuestales y muchas veces ello connota la pérdida de identidad de la investigación y la necesidad de adaptarse a las demandas transformando el proceso de investigación en un proceso de asesoramiento. Es lo que algunos han llamado: " la Academia va al Mercado"

Al mismo tiempo las políticas presupuestales, es decir la reasignación de fondos, sea entre servicios, sea a través de estímulos a la acción de los docentes, quedan todas mediatizadas por la falta de recursos ya que cualquier modificación presupuestal va en detrimento de alguien y ello, en una estructura con fuertes mecanismos de presión y parcelas de poder es muy difícil instrumentar.

En síntesis hay un primer núcleo de problemas de funcionamiento de la Universidad que se ligan a una política presupuestal que tiene como objetivo reducir el peso de la Universidad Pública, extender el peso de las instituciones privadas, promover que la Universidad perfile su acción en función de las demandas del mercado y por la vía de los hechos vaya reduciendo su papel de investigador crítico de la realidad en que vivimos. Ello claramente determina acciones que lesionan, vía negación de recursos, la autonomía concedida por la Ley Orgánica.

Al mismo tiempo el ahogo presupuestal no es la única restricción exógena. También importa mucho la actitud no dialoguista del resto del sistema de educación pública que ha limitado una acción coordinada con él. Tanto a nivel del ministerio de Educación y Cultura como a nivel de la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP que gobierna la educación primaria, secundaria, técnica y formación docente) la actitud ha sido de rechazo al diálogo, en especial en esta administración en la que incluso se ha trabado la ejecución de proyectos conjuntos firmados en la anterior administración.

Por lo tanto, en una acción universitaria de coordinación con el resto de la educación pública, ésta ha sido una dificultad sensible.

Sin embargo esta restricción no es la única que opera en la Universidad.

Creemos que en el funcionamiento interno de la Universidad, como resultado de un proceso en el que las restricciones presupuestales han influido pero no han sido las únicas, surgen problemas que describiremos a continuación.

2. Restricciones endógenas a la Universidad

A título al menos ennumerativo quisiera destacar los siguientes problemas :

- Un proceso serio de deterioro del peso del cogobierno en las decisiones de la Universidad y de cada servicio, fruto al mismo tiempo de las dificultades para una participación más activa y comprometida de los órdenes a través de los gremios, de un fortalecimiento del poder central, de la tecnocracia y la incorporación rentada de asesores de los decanos y el rector, cuestión de que no disponen los órdenes para su acción de cogobierno.
- Una muy baja interacción entre los servicios, incluso de una misma área de conocimiento. No se ejecutan acciones conjuntas para el uso más eficiente de los recursos humanos y materiales. Ello está ligado a una estructura federativa de facultades debido al modelo de Universidad napoleónica fundante, a la existencia de parcelas de poder fuertes que no son puestas a disposición del conjunto para una mejor acción de la Universidad. Sin duda igual que el debilitamiento del cogobierno, la consolidación de poderes internos con fuerte poder de decisión es una desviación del funcionamiento vigente que debemos plantear para mostrar el riesgo, algo así como el lado oscuro de la autonomía y el cogobiern
- Una falta de profesionalización de la carrera docente.
- Problemas serios de gestión y administración en la dinámica universitaria.
- Sus vínculos con el medio se han deteriorado en términos relativos a su historia, y por razones en la que ha

influido negativamente la búsqueda de recursos extrapresupuestales, pero que no ha sido la única razón, se han reducido de manera notoria sus vínculos históricos con las organizaciones sociales. La formulación de propuestas técnicas y políticas con una visión alternativa al modelo concentrador y liberal vigente ha estado casi ausente y diríamos que, desde el punto de vista institucional mucho más aún.

3. Algunas conclusiones

En síntesis la Universidad uruguaya cogobernada y autónoma tiene mucho que aportar al mundo universitario. Su historia, sus nexos históricos con la sociedad, su experiencia de cogobierno, la lucha de sus hombres y mujeres, la investigación académica, el nivel de sus miembros, en fin un conjunto de aspectos que ya hemos puntualizado en este trabajo. Sin embargo al mismo tiempo grandes desafíos se le presentan, de los cuales algunos requieren para su implementación levantar algunas restricciones externas como la presupuestal y la de articulación con la Anep.

Al mismo tiempo estos desafíos pasan también por una sensible modificación de la política universitaria en lo interno. La obtención de recursos es condición necesaria pero no suficiente para la transformación universitaria. Por ello enumeramos los principales desafíos que se nos avecinan, así como también algunas de las acciones organizadas en ese sentido:

- la elaboración de un presupuesto quinquenal de cara al nuevo gobierno que exprese realmente las prioridades en materia de asignación por servicio, de tareas centrales, de distribución de la partida salarial, de la carrera docente entre otros aspectos.
- La elaboración de un proyecto de funcionamiento descentralizado incluyendo el esquema de áreas de conocimiento como un verdadero centro de acción y no como una nueva sumatoria de poderes y lucha interna.
- La elaboración de un proyecto de carrera docente que permita estimular la docencia y la permanencia y extensión horaria en el sistema.
- La articulación con el resto de la ANEP hacia la formación de un sistema público de educación terciaria.
- El restablecimiento del pleno poder del cogobierno como agente dinámico de las decisiones universitaria.
- El restablecimiento de los nexos históricos con las organizaciones sociales y una contribución más decidida a un proyecto nacional de perfil productivo y de justicia social. Deberíamos desarrollar acciones que permitieran en forma más dinámica trascender los claustros y pensar la realidad.
- En este sentido debemos repensar -como un aporte necesario-el diseño y las políticas, incluidas las asignaciones presupuestales, de la extensión universitaria y de las actividades en el medio. El legado más genuino del Manifiesto de Córdoba, la necesaria relación dialéctica con el entorno sociohistórico donde cada Universidad desarrolla su actividad académica, debe ser un punto central en la agenda de discusión de la transformación universitaria.

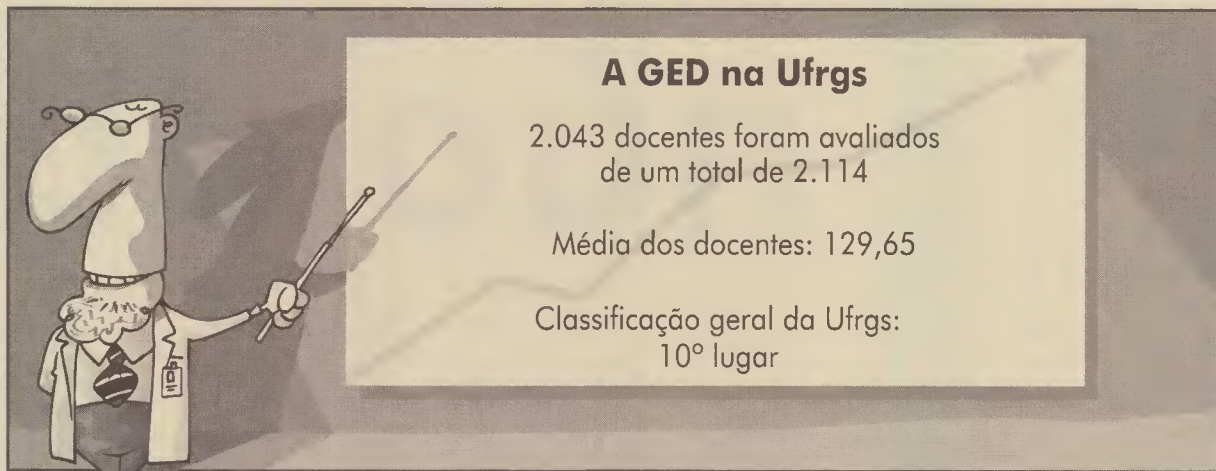
Los docentes participamos de esta problemática con nuestras debilidades. También hemos contribuido en forma sustancial a generar la discusión institucional, partiendo desde el gremio y a través de nuestro carácter de orden. Las diversas instancias de Foros y debates llevadas a cabo así lo atestiguan, forman parte de una necesaria discusión y generación de proyectos que el demos universitario se ha propuesto desarrollar. Por lo tanto la fortaleza de la Universidad para recuperar su legítimo papel interno y hacia la sociedad, en ejercicio pleno de su autonomía, depende también en gran medida que fortalezcamos todas las organizaciones gremiales de la Universidad, que fortalezcamos Adur... en eso estamos.

En lo regional debemos organizarnos como Asociaciones de Docentes Universitarios para desencadenar una amplia lucha que profundice las conquistas que tienden a la defensa de la AUTONOMIA DE LA UNIVERSIDAD PUBLICA, a la EXCELENCIA ACADÉMICA, a LA ARTICULACIÓN de la INVESTIGACIÓN y las NECESIDADES SOCIALES, a la DEFENSA de la GRATUIDAD de la EDUCACIÓN SUPERIOR y el DERECHO DE TODOS/AS A RECIBIRLA.

En el seno de la Coordinadora de Centrales sindicales del Cono Sur, Andes, Conadu y Adur pueden y deben comenzar a articular acciones conjuntas, el proyectado Encuentro de mediados de año de nuestras organizaciones sindicales será el marco necesario y posible para ello.

UNIVERSIDADE

Critérios para pontuação da GED são diferenciados



Em novembro de 1998, no meio do semestre letivo e após encerrar uma greve de cem dias, mais de 40 mil professores das universidades federais tiveram que responder a relatórios de atividades docentes, organizados às pressas por comissões locais também constituídas, em alguns casos, também às pressas por pessoas indicadas diretamente por reitores ou dirigentes. O esforço para correr atrás de pontos por horas-aula e somá-los a mais pontos por publicações, orientações, seminários e tantas outras atribuições serviu para que os docentes recebessem gratificações de estímulo à docência que variaram de R\$ 1.300,60 (100% de GED para os titulares) a absolutamente nada.

Segundo análise feita pela professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Isaura Belloni, sobre os primeiros resultados da implantação da GED, 64,52% dos docentes atingiu os 140 pontos da avaliação, recebendo 100% da gratificação.

Para Isaura, isto revela que a grande maioria está cumprindo plenamente suas atividades acadêmicas. Para a professora, a GED não é um processo de avaliação de desempenho docente, como está colocado na lei que instituiu a gratificação. Na sua opinião, compartilhada pela diretoria do Sindicato Nacional (Andes-SN), a GED nada mais é do que um processo de identificação da realização de tarefas acadêmicas, ou um pagamento extra por tarefa realizada. "Avaliação tem outra finalidade. Identificar acertos e dificuldades e, a partir disto, propor ações de melhoria, de aperfeiçoamento, da instituição, do desempenho etc. A associação entre o resultado de avaliação e salário desvirtua o objetivo da própria avaliação", comenta.

Pensada pelo governo para ser uma gratificação por atividade de ensino, a GED acabou ganhando uma conceituação mais ampla e passou a valer para avaliar todas as atividades acadêmicas. Para Isaura, o conceito de docência mudou, "hoje docência significa qualquer atividade acadêmica", diz.

No estudo, a professora e integrante da Comissão de Acompanhamento da Implantação da GED, por indicação da direção da Andes-SN, identifica uma enorme variedade de critérios utilizados para a pontuação de cada tipo de atividade docente. Em algumas instituições houve ênfase no produto de pesquisas, teses, registro de patentes ou o que ela chama de "ênfase no resultado". Em outras, além de terem sido pontuados os resultados, também foram atribuídos pesos significativos a atividades de coordenação, a elaboração de relatórios, que não necessariamente se tornaram ou tornarão papers.

As atividades de extensão apareceram discretamente nas várias formas de pontuação definidas pe-

las comissões locais das instituições. Segundo Isaura, muitas universidades desenvolvem estas atividades em forma de cursos. "Quando isto acontece, a atividade de extensão é transformada em hora-aula".

Este é um ponto que mereceu destaque na avaliação da educadora. O conceito básico que consta no relatório da Comissão Nacional de Avaliação (CNA), formada por representantes do MEC, da Andifes e da própria Andes-SN, é que hora-aula significa "atividade de ensino que leva à obtenção de crédito". Segundo Isaura, ocorreu que na definição dos critérios estabelecidos pelas comissões locais, o conceito de hora-aula foi "ampliado", passando a significar todo e qualquer atendimento ao aluno. Este pequeno detalhe abriu margem a toda sorte de interpretações sobre o que poderia ser levado em conta para se cumprir um mínimo de oito horas-aula semanais, exigido pela nova LDB e pelo relatório da CNA.

Isaura sugere que com a relativização dos critérios de pontuação e do que, na prática, significa hora-aula, é possível se chegar a 100% de recebimento da GED sem a realização de atividade de pesquisa e extensão. O caminho inverso também pode ser percorrido pelo docente. Dependendo dos critérios estabelecidos pela instituição, com apenas quatro horas semanais e mais uma ou duas atividades de pesquisa, gestão de projetos ou coordenação é possível que o docente atinja os 140 pontos. "Se o professor estiver desenvolvendo as atividades acadêmicas tem direito aos 100% da GED. A combinação de quanto de aula, quanto de pesquisa, de extensão ou de gestão que vai permitir chegar à pontuação máxima ficou para o âmbito da autonomia das instituições. O que é interessante é que a média nacional foi relativamente alta ou que os professores estão cumprindo suas atividades contratuais. Por outro lado, existem maneiras muito distintas de pontuar. Tem uma instituição que está com 100% dos professores recebendo 100% de GED, enquanto outras estão com uma pequena percentagem com 100% da gratificação.

Com esta análise, Isaura joga a discussão dos critérios para a alçada de cada instituição mas reconhece a necessidade de ajustes no processo de implementação da gratificação. Em março e abril a Comissão Nacional de Acompanhamento GED nas Ifes estará promovendo seminários regionais com as comissões locais de avaliação das instituições. Para Isaura, esta será uma oportunidade de aprofundar a discussão sobre os critérios e de tentar estabelecer o mínimo e o máximo de pontos para cada atividade, evitando as disparidades e, principalmente, que professores recebam remunerações diferenciadas para as mesmas tarefas realizadas.

(Fonte: Adufrj)

JUSTIÇA

Remuneração jurídica incidirá sobre um mês

Dezenas de professores da Ufrgs que encaminharam procuração autorizando a Assessoria Jurídica da Adufrgs a ajuizar ação contra o aumento da alíquota do desconto da Previdência Social para os servidores públicos estão confusos com os critérios de cobrança dos honorários jurídicos. As principais dúvidas dizem respeito ao valor a ser descontado para o pagamento dos advogados e quantas vezes isso será feito. A lei estabelece as seguintes alíquotas para desconto a partir de maio: 11% para quem ganha até R\$ 1.200,00; acréscimo de 9% sobre o valor de 1.200,00 a R\$ 2.500,00 e acréscimo de 14% sobre o valor superior a R\$ 2.500,00. Estas novas alíquotas são aplicáveis a ativos, inativos e pensionistas que recebam rendimentos dos cofres federais. Há exceção em dois casos apenas: a parcela até R\$ 600,00 de aposentados e pensionistas, e no caso do servidor com mais de 70 anos ou inválido a isenção é aumentada para até R\$ 3 mil.

A assessoria jurídica da Adufrgs irá encaminhar à Justiça, o mais breve possível, dois mandados de segurança com pedido de liminar. O primeiro mandado terá o objetivo de anular a obrigação de desconto da seguridade social por parte dos inativos, com pedidos de suspensão da cobrança até o final da ação. O segundo mandado de segurança será em nome dos professores ativos evitando o aumento da alíquota. Até o final da primeira quinzena de abril, professores interessados em ingressar na ação coletiva podem procurar a sede da Adufrgs (Otávio Corrêa, 45, bairro Cidade Baixa) para assinar a procuração e efetuar o pagamento da antecipação dos honorários para que os advogados possam dar entrada nas ações. Depois disso, os professores só pagarão mais honorários jurídicos em caso de vitória.

Se as liminares forem concedidas, os autores não sofrerão aumento das alíquotas e os aposentados não terão desconto para a previdência. Mas o direito pode ser reconhecido apenas no final do processo, com a condenação da Ufrgs e da União a devolver o que foi recolhido indevidamente. Diante disso, a assembléia decidiu duas formas de remuneração do trabalho dos advogados, conforme a concessão ou não de liminares:

1 *Havendo concessão de liminares, evitando o desconto até o resultado positivo ao final.* Nesta hipótese, os professores pagarão ao final da ação, com a vitória, 10% sobre o valor bruto da remuneração ou provento de um único mês. Se o processo for apreciado em Brasília, por força de recurso, haverá um acréscimo de 5% para remunerar o escritório que acompanhará o trabalho na capital federal.

2 *Não havendo liminar no decorrer do processo, mas vitória ao final, com a devolução dos valores descontados a maior.* Neste caso, a incidência dos honorários sobre o total da condenação sofrida pela Universidade no percentual de 10% para o escritório de Porto Alegre e 5% para o escritório de Brasília (em caso de recurso para qualquer tribunal da Capital Federal) e honorários de 1% para remuneração do perito contábil do escritório que trabalhará no processo. estes percentuais serão descontados do valor a ser devolvido em juízo.

Em caso de derrota na ação, os honorários ficam limitados unicamente à taxa paga antecipadamente sem qualquer acréscimo posterior.

POLÍTICA SINDICAL

Pelo fim da unicidade, não da unidade

Em síntese, este é o discurso que impera entre as cabeças pensantes do sindicalismo brasileiro. As lideranças dos trabalhadores concordam no atacado, mas não se entendem no varejo. Defensor da liberdade sindical com representação no local de trabalho, o movimento organizado luta pelo fim de uma legislação gerada num período de excessão. Em silêncio, os sindicatos de gaveta, que sobrevivem graças às benesses do modelo atual, trabalham para deixar tudo como está. Por conta desta briga interna, ninguém elaborou uma proposta unitária que possa barrar os interesses do empresariado junto ao Congresso Nacional. Negociação direta entre patrão e empregado e redução do poder da Justiça do Trabalho fazem parte das inovações sugeridas pelos técnicos do governo. A diferença crucial é que a alternativa oficial já está no Legislativo, enquanto a outra nem chegou ao papel.



James Görgen

Mudanças estruturais de fôlego não fazem parte das ações previstas nos calendários de mobilização. Afastadas do cotidiano do chão da fábrica, as palavras de ordem giram em torno de lutas globais, dirigidas contra organismos financeiros internacionais, ou institucionais, que combinam mais com a plataforma de alguns partidos de esquerda. Motor da máquina sindical, o trabalhador está com dificuldade em se identificar com este tipo de discurso. "A estrutura sindical atual inibe a participação

dos trabalhadores", constata o professor de Pensamento Político Liberal do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o filósofo Reginaldo Carmello de Moraes. "Há uma certa acomodação que pode ser boa para o status quo", completa.

Prevista na Constituição, a unicidade colaborou para gerar sérias distorções na organização sindical brasileira. A principal delas foi a pulverização dos sindicatos, que escaparam do controle do governo e ganharam vida própria. Notícia que poderia ser boa, não fosse a desorganização que passou a imperar. Por conta disso, até hoje não se

sabe oficialmente quantos sindicatos existem no Brasil. Uns falam em 15 mil, outros em 25 mil. Datas-base existem 18, para abarcar todas as categorias. "Só dentro da Volkswagen de São Bernardo do Campo existem 54 sindicatos", garante o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo, José Lopes Feijó. Isto porque cada tipo de trabalhador é representado por uma entidade diferente, mesmo que todos estejam ligados a um único ramo de produção.

Por este motivo, nem todos acreditam que haja desmobilização. O secretário de Política Sindical da seção gaúcha da CUT, Otávio Rohrig, de-

Preocupada com o aglutinamento em torno de seu eixo, a CUT mantém seus dados na ponta do lápis. Levando-se em consideração as estimativas da maior central sindical do país, realizadas a cada três anos nos congressos da entidade, é possível perceber como o país demonstra um baixo interesse pela sindicalização. Enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 75,213 milhões de pessoas, os trabalhadores filiados à CUT são apenas 6.028.620 (dados de 1997), ou cerca de 8% da PEA.

A central vem conseguindo aumentar o nível de sindicalização junto à sua base. De 94 para 97, o número de filiados da CUT aumentou 46,9% enquanto a base cresceu apenas 11,36%. Os seis milhões de hoje representam 30,99% da base ligada à CUT, que está em 19,451 milhões de trabalhadores sobre 2.570 sindicatos. Em 94, quando a CUT operava com 2.009 entidades, a sindicalização da central representava apenas 23,49% da base de trabalhadores.

Liberdade sindical, ainda que tardia. É por isso que clama agora uma parte do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros. Lideranças históricas entenderam que é preciso adicionar aos tradicionais piquetes em porta de fábrica a organização dos trabalhadores dentro da própria unidade de produção, escritórios, repartições, canteiros de obras e demais locais de trabalho (leia matéria na página 8). "O movimento sindical caminha para a liberdade sindical com uma visão de cidadania", considera o membro da Direção-Executiva do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), José Caetano Lavorato Alves.

Na proposta deste segmento do movimento sindical – centrado nas ações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC –, não é só a representação no local de trabalho que interessa. A legislação perfeita deveria incluir associação voluntária dos trabalhadores a qualquer entidade, estabilidade de emprego para os representantes na empresa, negociações trabalhistas articuladas (âmbito nacional, regional e local) com representação proporcional e, principalmente, livre acesso às informações da empresa. "O trabalhador não enxerga que conseguir qualquer avanço depende da capacidade de enfrentamento e conhecimento da ca-

deia produtiva", lamenta o presidente da CUT paulista, José Lopes Feijó.

Curiosamente interessado na questão, o governo também deseja a liberdade sindical. Mais curiosamente ainda, sua sugestão pode se materializar em lei antes que o movimento social organizado consiga decidir qual o modelo de sindicato ideal. Em novembro do ano passado, o então ministro do Trabalho, Edward Amadeo, encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC) para alterar os artigos 8º, 111º e 114º da Carta. Segundo os técnicos do governo, a idéia central da PEC 623/98 é fortalecer as entidades, acabando com os "sindicatos de gaveta", que sobrevivem do imposto sindical mas não representam sua categoria, e acabar com o poder normativo da Justiça do Trabalho. Na época, o ministro dizia ter a intenção de incentivar cada vez mais as negociações diretas entre trabalhadores e empresas.

Confusão. Essa é a intenção do governo na opinião de muitos sindicalistas, para quem existe uma grande diferença de projetos em jogo. A ala majoritária da CUT defende a criação de sindicatos por ramo de produção, o que reforçaria a representação da central e das próprias entidades dentro das empresas. Sem regras de transição que regulem a passagem de um sistema para o outro, a PEC pode esvaziar ainda mais a representação trabalhista, aumentando o número de organizações com a criação da figura do sindicato por empresa. "Eles querem esfacelar a nossa força", assegura Paim.

Professor de Ciência Política na Unicamp, o sociólogo Armando Boito Júnior enxerga que a PEC 623 é uma espécie de cavalo de tróia, que pode surpreender o movimento sindical e neutralizar a Justiça do Trabalho. "O governo pretende dificultar o acesso do trabalhador restringindo a competência da Justiça do Trabalho para julgar dissídios e reivindicações", denuncia o Boito. Na hora da negociação entre as partes interessadas na PEC, o especialista prevê que o governo vai tentar barganhar a liberdade sindical (artigo 8º) pela garantia de ver aprovados os novos textos para o artigo 111 e 114. "Esta é a quarta ou quinta proposta semelhante nos últimos anos", critica o professor da Unicamp.

Sociólogos e especialistas entendem que o modelo de liberdade sindical ideal – centrada na criação de sindicatos por ramo de produção com representação no local de trabalho – ainda está muito longe de virar unanimidade. "A CUT abafou esta idéia", denuncia o professor Reginaldo Carmello de Moraes. "Até hoje eles (a maioria dos sindicalistas) pressionaram para liberalizar a organização corporativa, mas se acomodaram com a estrutura antiga", acredita Boito. "Tem muita gente em cima do muro".

Entidades nasceram engessadas

Criada no final da década de 30, mais precisamente em 1937, quando o presidente Getúlio Vargas tornava-se ditador e instalava o Estado Novo, a base do modelo sindical brasileiro vigente até hoje foi gestada em laboratório. Ao mesmo tempo em que reprimia com violência e tortura os sindicatos fundados pelos anarquistas, Vargas assinava decretos que davam origem à unicidade sindical, onde uma única entidade por Estado representaria cada categoria de trabalhadores.

Daquele momento em diante, dizem os historiadores, os trabalhadores passaram a ser tratados como gente – a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garantiu direitos primários como férias, fundo de garantia, Previdência Social e outras conquistas. Em compensação, a política sindical era controlada com rédeas curtas pelo gaúcho que habitava o Palácio do Catete. A filiação tornou-se obrigatória e o pagamento do imposto sindical e da contribuição confederativa também. Os pequenos sindicatos se reportavam diretamente às federações, que respondiam às confederações.

Nestas duas esferas, estavam homens de confiança do governo, que passariam para a história com o apropriado nome de pelego (no vocabulário do gaúcho é o pelo de ovelha que fica entre a sela e o cavalo para diminuir o atrito nas cavalgadas). Disseminando-se como praga em lavoura, os pelegos foram enxotados de seus postos avançados somente em meados da década de 70, quando muitos sindicatos romperam com as confederações mais antigas.

Esta foi a década crucial para o sindicalismo brasileiro. Enquanto Portugal e Espanha traduziam a legislação alemã ipsis literis e implantavam a representação no local de trabalho, o Brasil lutava contra a ditadura militar e buscava liberdade de manifestação. As famosas campa-

nhas salariais promovidas pelos metalúrgicos da região do ABC paulista – certas assembléias reuniam 100 mil pessoas – passaram para a história, revelaram lideranças políticas da esquerda nacional e deram uma mostra de que a violência do regime militar estava apenas adormecida em 1978. Um ano depois, o boom da filiação sindical também começava a ser sentido junto às estatais, onde até hoje os índices são superiores aos do setor privado.

Chances não faltaram para reverter a situação atual. O filósofo Reginaldo Carmello de Moraes acredita que o último desperdício foi depois de 1985, com a redemocratização. Na Constituinte de 88, o professor da Unicamp acredita que havia condições para a "destruição da legislação sindical existente". O mais longe a que se chegou foi à liberalização, que permitiu o surgimento das centrais sindicais, substitutas da "era dos pelegos". O campo político das entidades foi arejado, mas o esqueleto continuou igual. "Por conta da manutenção da política trabalhista, o que impera até hoje no Brasil é uma legítima estrutura sindical fascista", afirma Moraes.

Verticalizada e engessada, a estrutura não proporcionou maiores avanços. Não demorou para que a apatia gerasse uma frustração. Greves foram ficando fora de moda, as assembléias se esvaziaram. O quadro se agravou ainda mais com a derrota do torneiro mecânico Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 89. "O sindicalismo brasileiro sofreu uma derrota histórica com o Lula, e as pessoas partiram para o salve-se quem puder", analisa o sociólogo Armando Boito Júnior. Com a eleição de Fernando Collor de Mello e a implantação da política econômica baseada no modelo neoliberal, a privatização ainda colocou por terra o nível de sindicalização nas estatais – muitas tiveram seus postos de trabalho cortados pela metade.

Proteção ao emprego aumentaria a participação

Considerada outro fator importante para a redução da mobilização sindical, a escalada do desemprego continua pesando na decisão do trabalhador participar de uma assembléia ou de uma greve. A derrocada do Plano Real só ampliou a insegurança. Em 1989, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), um operário da Região Metropolitana de São Paulo passava 14 semanas a procura de trabalho. No ano passado, este mesmo trabalhador demoraria 37 semanas para conseguir uma vaga.

Oficialmente com 6,65 milhões de desocupados, o Brasil é o quarto país que mais colabora para elevar os níveis de desemprego no mundo, registrando 5,09% do percentual total. Na frente dele, estão Índia, Indonésia e Rússia. Em 1986, os brasileiros ocupavam a 13ª posição do ranking. "A participação efetiva nas lutas tem uma forte referência na demanda por trabalho porque a demissão imotivada é um fator de instabilidade no emprego", analisa o membro da Direção Executiva do Dieese, José Caetano Lavorato Alves. "A proteção ao emprego aumentaria a participação dos trabalhadores nos movimentos sociais", concorda o professor da Universidade Estadual de Campinas (Uni-

camp), Reginaldo Carmello de Moraes. Cálculos do economista Márcio Pochmann revelam que numa realidade onde a População Economicamente Ativa (PEA) cresce 2,5% ao ano, o PIB brasileiro precisaria aumentar 6,5% ao ano para não haver desemprego.

No cenário trágico, as pressões do patrão podem ser decisivas na desmobilização. "Nesta época, o pessoal sempre se assusta. Precisamos de molas que impulsionem a participação", entende o deputado federal Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar sugere a realização de um grande congresso da classe trabalhadora, em Brasília, para se discutir saídas. "Aqui na Ilha da Fantasia o governo se sente tranquilo porque ninguém pressiona. A articulação dos sindicatos está parada em Brasília", diz Paim.

De olho nos números crescentes do desemprego e da inflação, a CUT está aproveitando para injetar novo ânimo no movimento. Com as palavras de ordem "Fora FHC, Fora FMI", conclamou uma Jornada Nacional de Lutas, que iniciou em março. Todas as entidades filiadas estão convocadas para promover a paralisação das categorias durante todo o dia 30 de abril. "Estamos vivendo um ano de reascenso para o movimento sindical", aposta o secretário de Política Sindical da CUT gaúcha, Otávio Rohrig.

POLÍTICA SINDICAL



Juca Martins / Coleção Pirelli-Masp

São Paulo, 1978: longe do chão de fábrica, manifestação contra o custo de vida era reprimida pela polícia

ABC faz experiência pioneira

Uma poluída e cinzenta região no interior do Estado de São Paulo – resumida pela santificação das três primeiras letras do alfabeto – é um oásis em meio ao árido deserto que o movimento sindical brasileiro vem atravessando. O ABC paulista (formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), onde se concentra a indústria automobilística nacional e centenas de metalúrgicas, não vive a realidade da falta de mobilização. Nada em comum com uma ilha da fantasia, distante dos problemas. Se o desemprego e a recessão não passam ao largo, a crise do sindicalismo é encarada de outra forma. A terra que forjou para o movimento popular brasileiro estrelas de primeira grandeza da esquerda brasileira – como o torneiro mecânico, Luiz Inácio da Silva, o Lula, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, e Jair Meneguelli – pode ser a mesma que vai dar o caminho para trazer o trabalhador de volta à porta da fábrica. Com uma diferença: desta vez, a idéia é levar a organização sindical para dentro da empresa.

Representação no local de trabalho. É por essa evolução que as lideranças do ABC estão brigando atualmente. Gente como o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em São Paulo e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), José Lopes Feijó, enxerga na formação dos comitês de empresa a saída para aproximar o trabalhador da sua entidade. Feijó e o próprio presidente do SMABC, Luiz Marinho, acreditam que estão dando um primeiro passo para mudar as relações entre capital e trabalho no país. "Quem tiver força real representará o sindicato", resume o presidente da CUT paulista.

Comitês sindicais

A primeira tentativa será posta em prática em abril, quando haverá eleições no sindicato dos metalúrgicos, que atua em seis municípios e duas mil fábricas. O primeiro turno do pleito estava marcado para os dias 12 e 13. Os empregados de 69 empresas elegerão representantes para compor 70 comitês sindicais de empresa (um será de aposentados). As fá-

bricas com até 100 sócios elegerão apenas um. De 100 a 200, serão eleitos dois e assim por diante. A partir de três mil filiados, escolhe-se um representante para cada mil sócios. "O maior comitê deverá ser o da Volkswagen, com 23 representantes", calcula Feijó. Ao todo, serão 192 representantes que farão parte da Diretoria da entidade. Dentre estes, a base ainda elegerá 27 pessoas para o Conselho de Direção, de onde sairão nove para o Conselho Executivo, que em última instância são as pessoas que tocam a rotina da entidade.

Página da história

Os críticos a este modelo reconhecem o avanço mas dizem que a iniciativa do sindicato dos metalúrgicos não passa de um novo nome para o velho conceito de seção sindical, pelo fato de que os representantes estarão ligados à diretoria da entidade. "Isso não é comitê de empresa. É uma seção sindical verticalizada", observa o professor de Pensamento Político Liberal do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o filósofo Reginaldo Carmello de Moraes. Longe de concordar com esta opinião, o SMABC acredita que vai virar uma página da história a partir deste ano.

Base em crescimento

Força para isso existe. Pelo menos, teoricamente. Fundado em 1933, o SMABC não sofre com a queda no número de seus associados. Ao final da década de 70, quando Lula assumiu a presidência da entidade, a base de trabalhadores estava em 200 mil pessoas e existiam apenas 30 mil sócios. No ano passado, o desemprego derrubou a base para cerca de 100 mil operários. Em compensação, o número de filiados passou para 80 mil. Na Volkswagen, empresa com 19 mil trabalhadores, a sindicalização atinge 18 mil. Em média, as montadoras possuem um índice de filiação de 83%. "As empresas reconhecem a força da entidade e sabem que nós podemos interferir na produção das mais variadas formas", afirma Feijó.

Dificuldade de mobilização não tem fronteiras

Economia em recessão gera desemprego, que gera insegurança, que gera medo e que afugenta os trabalhadores da luta por melhores condições de trabalho. Com poucas vagas nos quadros de emprego, poucos são os que ousam arriscar sua cabeça numa greve e perder a tão preciosa assinatura do patrão na carteira de trabalho. Quando se olha para a situação das relações capital e trabalho no Brasil, tende-se a colocar a culpa do refluxo da sindicalização no desemprego, na redução real da renda e outros fatores econômicos. Como explicar, então, que países ricos – com pujantes índices de distribuição de renda e justiça social – também se encontrem desmobilizados sindicalmente?

Não importa o país que se pegue de exemplo. As últimas três décadas foram marcadas pela tendência de diminuição do número de sindicalizados e a dificuldade de mobilização. Tudo isso pode ser bom para o capitalismo desenvolvido da Europa e da América do Norte mas, definitivamente, é um banho de água fria sobre todos os avanços conquistados pelos trabalhadores neste século. Somente em alguns países escandinavos, que vivenciam a social democracia desde a década de 30, houve crescimento nos níveis de sindicalização. "O desemprego nos Estados Unidos é pequeno e, mesmo assim, o refluxo do sindicalismo é grande", lembra o professor de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, o sociólogo Armando Boito Júnior. "Não estamos falando de um fenômeno brasileiro", completa o professor.

Um estudo de outro sociólogo da Unicamp, Leônicio Martins Rodrigues, transformou em números a realidade constatada no Brasil pelas lideranças sindicais e especialistas. Entre 1970 e 1988, a sindicalização caiu de 35% para 28% nos países da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD). "O sindicalismo recuou em parte", avaliou Rodrigues em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, em novembro do ano passado. Para o sociólogo, duas razões colaboraram muito para este declínio: a redução do número de empregos industriais e a transformação do mercado de trabalho, que fez crescer o emprego em setores onde é mais difícil a sindicalização – como a prestação de serviços. Rodrigues declarou ao diário paulista que nem mesmo o crescimento do sindicalismo do setor público nesses países, a partir dos anos 70, conseguiu anular a retração da sindicalização.

Boito vai além dos fatores econômicos para analisar a conjuntura. Tão importante quanto o desemprego, em sua opinião, o declínio da influência ideológica da União Soviética no sistema político internacional teve um reflexo negativo sobre as organizações sindicais e a esquerda do mundo todo. Mesmo com críticas à ditadura burocrática que imperava em Moscou, os simpatizantes do socialismo tinham uma referência que servia de inspiração.

Com o desmanche da União Soviética, os Estados Unidos transformaram-se na única superpotência e os sindicatos de trabalhadores se viram órfãos. "O fim da existência de um modelo teve um impacto ideológico poderoso", analisa Boito. Sem ter um porto seguro mais ao leste para atracar, os partidos de plataforma social-democrata navegaram rumo à segurança, que estava um pouco mais à direita. Tratava-se de uma terra ainda desconhecida, mas que logo foi batizada de política neoliberal.

Miriam Gusmão / Jornalista

A mulher domesticada: não faz muito tempo

As recentes comemorações do dia internacional da mulher puseram novamente em pauta a necessidade de ampliar conquistas para garantir a igualdade de direitos entre os seres humanos. Se um longo caminho ainda falta percorrer, um olhar retrospectivo fornece a animadora constatação de que, num período histórico relativamente curto, muito se andou. As mulheres porto-alegrenses, por exemplo, saíram há pouco tempo do confinamento doméstico e da tutela dos homens da família. Elas ingressaram no século XX na condição de seres inferiores, privados da instrução e mantidos sob a vigilância permanente de pais, irmãos, namorados ou maridos. A condição feminina no século passado, na capital gaúcha, seguia códigos de comportamento ditados pelas instituições e também pelos articulistas dos jornais da época.

Os jornais reiteravam receituários de conduta, indicando características que tornariam as mulheres "virtuosas". Eram prescrições sem limites, podendo incluir itens como: "ver um rato sem ter medo", "limpar as teias de aranha" e "trazer um calçado que não fira os pés". Os exemplos citados foram publicados no jornal *Mercantil*, em 14 de março de 1889, dentro de uma lista de recomendações. Examinamos os registros jornalísticos através da dissertação de Sandra da Silva Careli. O trabalho, de 1997, intitula-se *Virtude e comportamento sexual adequados às mulheres*, na visão da imprensa porto-alegrense da segunda metade do século XIX. Através dele, constatamos que o estereótipo da mulher virtuosa tomava por base as classes mais favorecidas economicamente, a partir das quais eram generalizadas as normas de conduta.

As filhas de famílias abastadas, com seus longos vestidos copiados dos figurinos franceses, seus chapéus e seus gestos ensaiados, eram o tipo humano exemplar. Os cronistas as descreviam como vocacionadas para o casamento, sabedoras das prendas domésticas e cultivadoras da superioridade de espírito. O casamento tinha papel importante no regramento social e as mulheres eram o seu baluarte. Casar significava primordialmente controlar as paixões, o que, por decorrência, acabaria com uma série de males sociais. A linha moralista vigente desde o século XV intensificara-se no século XIX, entre outros fatores, pela propagação do positivismo. Adotadas pelos políticos republicanos, as idéias positivistas destacavam-se nos jornais porto-alegrenses. Concebiam que homens e mulheres eram complementares biológica e mentalmente, sendo o homem marcado pela inteligência e pelos impulsos, enquanto a mulher pelas características morais.

Rainha do lar

A "rainha do lar" ou "símbolo das grandezas humanas", como diziam os cronistas, além da obrigação de prover filhos e marido e da presteza na execução de tarefas caseiras, adotava um código de postura pessoal em que não cabiam gestos largos, tagarelice, risadas longas, entusiasmo explícito ou irritação. "Não ser geniosa" e "ser sempre forte" eram mandamentos que mantinham represadas as vontades e os pontos de vista das mulheres.

Além de confinadas em casa, as mulheres do século XIX e início deste século precisavam permanecer ocupadas. Um discurso contra a ociosidade era propagado como importante instrumento de ordenação das condutas. Era preciso não dar tempo aos "maus pensamentos, aos desejos inconfessáveis e às necessidades estranhas ao recato e à virtude feminina". Desse modo, conforme atestam as publicações *O sé-*



culo, O guarani, Mercantil e A reforma, as "rainhas" preenchiam boa parte do tempo coordenando e participando dos cuidados com as roupas da família: lavar, passar, engomar e coser. Cuidavam da economia doméstica; preparavam nas horas certas os pratos apetitosos, coordenavam as compras, bordavam e faziam *crochet*. Deviam estar sempre serenas e bem dispostas, mantendo os lares pacíficos e agradáveis.

Mulheres de mármore

O moralismo veiculado pelas crônicas jornalísticas, que por sua vez estavam em sintonia com o pensamento médico e religioso, resultava de uma sociologia ingênua, em que tudo era explicado a partir de indivíduos e de sua moral, às vezes com vínculos com divindades ou com a sorte. As condições materiais e coletivas praticamente não eram levadas em conta. O processo acelerado de crescimento de Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, viera acompanhado do aumento do número de desocupados e subempregados, em decorrência da imigração e da substituição desordenada da mão-de-obra escrava. Surgiam progressivamente habitações precárias e cortiços no centro da cidade, aproximando os espaços dos integrantes de diferentes camadas sociais, com conflitos em torno de normas e comportamentos. Não raro, os cronistas atribuíam às camadas pobres da população e a figuras como prostitutas e mendigos a característica de serem fontes de males morais que poderiam tornar enferma toda a sociedade.

Nesse contexto, os redobrados cuidados dos jornais na defesa dos "bons costumes" fez com que abrissem baterias também contra algumas pessoas de boa renda. Os "libertinos abastados", homens ricos e solteiros que se dedicavam à sedução das mulheres, foram vistos como mais uma ameaça social. Publicações como o *Jornal do Comércio, Mercantil e Gazetinha*, assim como *A estrela do sul, O século e O*

Diógenes dedicaram muitas páginas aos escândalos protagonizados por esses homens. Os sedutores representavam perigo para a virgindade das donzelas e a fidelidade das esposas. Havia muitas notícias de raptos e defloramentos.

A contribuição dos redatores do jornal *O Diógenes* na cruzada contra os "libertinos" foi a criação de narrativas, supostas histórias de vida de cinco tipos femininos diferentes - as "mulheres de mármore". Todas elas tiveram sua virtude corrompida em função de relações com tal tipo de homem. A primeira mulher foi nomeada Adelina. Seria filha de uma família muito "pobre mas honesta" dos subúrbios de Porto Alegre. Por volta de 1855 ela teria ficado órfã, indo morar com um parente que era um homem vicioso e dissoluto. Ele teria substituído Adelina, oferecendo-a a um comerciante, como forma de saldar dívidas. O comerciante era um típico sedutor, que conquistara Adelina mediante falsas promessas de casamento e felicidade.

Maria era o nome da segunda mulher de mármore. Nascida em 1844, na cidade de Pelotas, era filha de um rico fazendeiro e de uma amante desse. Também ficara órfã de mãe e passara a ser criada por uma mulher já idosa. Novamente um comerciante infiltra-se na família, driblando a vigilância da senhora. Depois que Maria engravida, o comerciante a abandona. A anciã cuida da criança e a jovem, como se fosse uma decorrência natural, vira prostituta.

A terceira mulher de mármore era Guilhermina. Menina pobre, criada pela avó, ela não se conforma com sua penúria e se torna amante de um "capitalista". O pai descobre a sedução da filha e dá queixa, sem êxito, às autoridades. O "capitalista" convence a avó de Guilhermina a aceitar uma indenização em dinheiro. Mais tarde, abandona a moça. Guilhermina retorna à casa paterna, mas não consegue o perdão do pai. Torna-se também uma prostituta e agoniza na Santa Casa de Misericórdia.

Luiza, a filha de um militar, era a quarta mulher de mármore. As histórias tinham sempre a mesma lógica e, por isso, Luiza também tornara-se órfã. Passara a viver junto à família de um major. A descrição de sua ruína moral começa com o fato de Luiza ter-se aproveitado da distração dos benfeitores "para se debruçar à janela e palestrar com uma ninhada de rapazinhos". A narrativa critica os rapazes por largarem o pão e a pandorga e se ocuparem de conquistas amorosas. As "palestras malévolas", a "má índole" e a in experiência teriam arrastado a moça "ao abismo insondável da perdição". Luiza torna-se amante de três rapazes simultaneamente e vai viver com eles numa pocilga do Beco do Rosário.

A quinta e última mulher de mármore era Ambrosina, também filha de militar. Ela envolve-se com um cadete e fica grávida. O cadete é transferido de cidade e se casa com outra mulher. O pai da moça morre de desgosto. Ambrosina, junto com a mãe e o filho, passa a morar num cortiço, em Porto Alegre. Tempos depois, morre a mulher do cadete e este procura Ambrosina, tentando "reparar o erro". A moça, no entanto, não perdoa o cadete e acaba se casando com um alferes que se apaixonara por ela. É a única história em que a mulher tem um "final feliz". Em todas as narrativas, o enredo e a caracterização dos personagens trazem explícitos e óbvios fundamentos morais. Além do alerta do perigo para as donzelas e para a pureza dos lares, bem como da condenação dos sedutores, as histórias reiteram o papel atribuído à mãe, como pilar da família, de tal modo que a orfandade abre caminho para a degradação.

José Carlos de Freitas Lemos, Elena Salvatori, Daniela Fialho, Regina Witt e Edson Lindner

Avaliação do Congresso da Andes

Movimento Docente pode sucumbir devido a uma prática política agressiva, deselegante e ultrapassada

Em nossa participação no 18º Congresso da Andes, acreditamos que não só a semana de 25/2 a 2/3, mas todo o processo de preparação para o mesmo foi uma dramática frustração. Os textos do Congresso apresentaram assuntos referentes não só a nossa categoria profissional mas à realidade sócio-econômica brasileira e mundial. A possibilidade de nos defrontarmos com os mais diversos profissionais do país no debate da crise que se intensificou em nível nacional, a partir da atuação do governo FHC, trouxe a todos grande expectativa. Elementos saídos dessas discussões poderiam apresentar sugestões para compor um urgente e necessário projeto popular para o Brasil. Entretanto, o que se viu em Fortaleza foi a ênfase dada a uma disputa de poder interna à Andes, principalmente patrocinada pela oposição à atual Diretoria, denominada de Andes-AD (Autônoma e Democrática).

A representatividade política na categoria é complicada. No sindicato, as facções existentes afinam na contrariedade aos passos do governo FHC. Contudo, as estratégias de enfrentamento são diferenciadas. Venceu, na última eleição, uma forma de condução do movimento docente mais serena, radical em suas convicções, mas preocupada com a tranquilidade de veiculação perante a sociedade e de negociação com o governo federal das idéias predominantes em suas bases. Aqui, inicia o problema. A massa de votos vencedora em todo o Brasil é composta de professores não militantes. São docentes que não estavam satisfeitos com a condução anterior e que são avessos ao sectarismo no trato das questões políticas. Ocorre que uma parcela de sindicalizados, em nível nacional, é partidária das idéias da oposição e, ao contrário da maioria vencedora nas urnas, é extremamente militante.

A luta interna no sindicato não permite uma real colheita das pretensões da maioria. A mobilização do Movimento Docente (MD) para confrontar com o "real inimigo" é minimizada e as visões estratégicas opostas acabaram por dar lugar a alguns atos personalistas do presidente da atual Diretoria da Andes. De um lado, temos a oposição que não se cansa de martelar nestes atos, querendo utilizá-los como base para a tese de ilegitimidade política da mesma. A Diretoria, pretendendo também ser a voz da massa desmobilizada, busca esforços na construção da unidade no MD. O verdadeiro problema é de relacionamento entre essas lideranças.

Ainda em Porto Alegre, na escolha da delegação, tivemos uma prévia do que seria o clima de Fortaleza. A Diretoria da Adufrgs, entre as ADs do Estado e talvez do Brasil, foi a única a propor, na composição de seus delegados, uma parcela minoritária de colegas opositores. A proposta de uma representação mista das bases é um claro atestado da maturidade política da Diretoria da Adufrgs e de sua vontade de proceder dentro do terreno democrático. A oposição, no entanto, queria uma maior representatividade. Aliado a isto, houve um problema de organização e exposição da nominata no quadro verde utilizado na Assembleia Geral que escolheu a delegação. Isto deu margem a interpretações diferenciadas entre os presentes quanto a seqüência dos nomes dos suplentes. No momento de redação da ata, devido a inexperiência e ao cansaço da secretária, aconteceu uma rasura no registro da nominata. Este fato motivou o desconforto entre as facções presentes

na delegação. Uma reunião do Conselho de Representantes, analisando os fatos, fez valer as deliberações registradas na ata. Descontentes com esse encaminhamento, a oposição, no Congresso, colocou em cheque a legitimidade da nossa delegação. Chegou-se ao cúmulo de votar a exclusão de nosso direito de voto. Felizmente prevaleceu o bom senso e a maioria decidiu preservar o direito da delegação, legitimando-a.

Em relação a Adufal (Alagoas) ocorreu a exclusão de seus delegados de base. Sobre ela, pesava a acusação de que a assembleia de escolha dos mesmos não havia sido divulgada com a necessária antecedência. Foi então requisitado o seu descredenciamento. Os números mostram, no entanto, que a AG de escolha dos delegados de Alagoas teve das maiores presenças (53). A Aduff (Federal Fluminense), por exemplo, escolheu 11 delegados e 2 observadores na sua assembleia, onde estavam presentes 13 pessoas. A assembleia da USP, de 9 pessoas, escolheu 8 delegados. Durante a discussão, veio à tona que o regimento interno da Adufal exige a presença de 5% dos associados na assembleia (56 pessoas). Pela ausência de 3 pessoas, houve o descredenciamento. Quem levou o assunto de descredenciamento para a plenária foi a oposição que votou pela inclusão de um item no regimento, no sentido de que as denúncias contra as ADs fossem objeto de discussão e decisão da Plenária. Isto motivou a discussão sobre a Adufrgs. No entanto, na hora de votar sobre a Adufal, a oposição não quis ter para si o ônus político dessa decisão e quis remetê-la para a mesa. No encaminhamento, a Diretoria manteve o credenciamento por não ter presente o regimento interno da AD e, com base no item votado, os delegados são quem deveriam decidir sobre o tema. Apesar do momento político que estamos vivendo, a Plenária não manteve o credenciamento.

O Congresso teve uma etapa preliminar de seminários, com a presença de convidados que trouxeram contribuições para o aprofundamento dos temas abordados. Alegações que iam da suposta intenção doutrinária, por parte da atual Diretoria, até sua também suposta intenção de diminuir o espaço destinado aos trabalhos dos Grupos Mistos e ao "furor conciliatório e servil da Diretoria da Andes em sua parceria com o poder" (Andes, Caderno de Textos, p 73), encobriram a ausência de participantes alinhados com a oposição nos seminários. Estes reuniram-se em um "Congresso Paralelo" durante os mesmos, as expensas de suas ADs de origem, em que foram unificadas as posições a assumir perante as resoluções propostas.

As ações desta oposição à Diretoria atual da Andes, se pertinentes por um lado, foram marcadas por graves dissonâncias de ordem ética, lógica e estética que obviamente são interrelacionadas. A ética, no sentido aristotélico e hegeliano, como diz a entrevista do professor Roberto Romano (Unicamp) que correu no Congresso, é o conjunto de hábitos físicos e mentais que foram produzidos historicamente e que se tornaram automáticos, de tal modo que as pessoas fazem e não têm consciência. Neste sentido, a "ética" da oposição é uma ética restritiva, apenas representativa de sua linha estratégica, não engajada na representação verdadeira do todo de suas bases. Ela é automática e inconsciente em relação apenas a seu universo de valores. A maioria desmobilizada dos docentes, descrente do movimento e avessa a sectarismos, não é por ela representada.

Em sua autodenominação, a oposição usa os termos Autônoma e Democrática. Contudo, a "lógica" dos seus empregos não pareceu se realizar. O significado do primeiro termo se tornou vazio na votação contrária da oposição, à permanência do termo Soberania Nacional numa proposta de esforço do sindicato em mantê-la perante a escalada de ações destrutivas do governo federal. "Democracia" também foi um espelho deveras turvo para a oposição, uma vez que todos presenciemos determinadas deliberações conduzidas por lideranças menores nos grupos mistos serem por estas próprias refutadas nas grandes votações das plenárias, em prol do sentido de voto de lideranças maiores. Presenciamos uma deprimente sucessão de votos em bloco da oposição que muitas vezes foi contra propostas da atual Diretoria que claramente beneficiavam a classe para simplesmente minar sua condição de promotora do Congresso e de legítima condutora do movimento docente.

Finalmente, a "estética" da oposição é deselegante e agressiva. Prepararam suas reuniões de articulação ao longo de todo o Congresso a portas fechadas. Quem não fosse opositorista, devidamente identificado, não podia permanecer em tais recintos.

Na Plenária de encerramento, houve a votação do relatório sobre o caso "Rubens Pinto Lyra", em que pesava a acusação de que a Diretoria teria adulterado o relatório da GED. Pelo resultado das discussões, se chega à conclusão que isto não ocorreu. Houve realmente, por parte do MEC, alterações nos resultados da comissão, mas a Diretoria, em lugar de denunciar, optou por conversar com o MEC e tentar reverter as alterações. Na primeira votação, pessoas que assinaram o relatório e fizeram parte de sua elaboração, votaram contra a sua aprovação. Feita a contagem dos votos, percebeu-se que não havia quorum. Mais tarde, retomados os trabalhos, o mesmo foi aprovado, juntamente com uma crítica à Diretoria, por não ter denunciado as alterações feitas pelo MEC.

O Movimento Docente foi surrado por esta oposição que, tendo maioria no Congresso, fez o que quis. No desenrolar das Plenárias, por alguns momentos, se imaginou que o debate pudesse acrescentar reais avanços ao MD. Mas, de forma sistemática, todas as propostas encaminhadas pela Diretoria foram derrubadas e, o mais grave, em favor de resoluções tomadas anteriormente, formuladas em um quadro social, político e econômico diferente, quando não totalmente contrárias às expectativas de segmentos representados pela Andes. Este é o caso dos professores do Primeiro e Segundo Graus, traídos por parte do MD, em suas reivindicações de serem incorporados à carreira do magistério superior, por uma diferença estratégica entre as duas posições: uma que considera as possibilidades do contexto e tenta utilizar os instrumentos possíveis de mudança, incluindo a luta através de projetos de lei e, outra, que somente aceita a luta em prol da mudança total do contexto.

Cremos que o MD possa ter dado mais um passo ao fundo do poço nesse Congresso. Resta-nos o esforço para mobilizar uma parcela substancial destes docentes que assistem a tudo de suas salas de aula, pelos informes sindicais e pelos jornais. Mais do que nunca a idéia de Universidade Pública, Autônoma e Gratuita precisa de nosso esforço em sua defesa.



Demétrio Ribeiro / Aposentado, professor Emérito da Ufrgs

Leitura agradável e gratificante

O Júlio de Castilhos de Décio Freitas

No estilo ameno de uma reconstituição histórica em que se mesclam citações textuais com detalhes ficcionais, Décio Freitas investe com a maior violência contra a memória de Júlio de Castilhos. Nos termos do próprio título do livro atribui-lhe a introdução da ditadura na vida brasileira. Acusa-o de ser o responsável do maior eclipse das liberdades no Rio Grande do Sul. Ao qualificá-lo de criminoso político como qualquer déspota, desconhece qualquer justificativa histórica à sua atuação política. A leitura do livro é, de qualquer forma, gratificante, pois como se sabe, Décio, além de historiador consagrado, é excelente escritor. Mas para quem discorda de suas teses é uma gratificação adicional encontrar no próprio livro todos os dados necessários para contestá-las fraternalmente.

Que o governo de Júlio de Castilhos foi uma ditadura, ninguém o nega. Nas circunstâncias evocadas no livro



nenhum governo poderia enfrentar a revolta dos teratenentes da Fronteira de outra forma. O que Júlio de Castilhos, que estava longe de ser um caudilho, inventou em matéria de ditadura foi despi-la de carisma e de arbítrio pessoais, apresentando-a como subordinada aos princípios científicos do positivismo.

Setenta anos de dominação clerical da educação em nosso Estado, sepultaram Augusto Comte no mais completo esquecimento. Raros devem ser hoje, na intelectualidade rio-grandense, os que sabem dele algo mais que o nome. Diga-se de passagem que as citações sem comentários das grosseiras levandades do jornalista americano Bierce ("pseudofilósofo", etc.) não servem à verdade histórica.

A caracterização ideológica da ditadura republicana talvez explique sua duração por mais de vinte anos depois da morte do seu fundador, o que não é o caso geral das ditaduras sul-americanas. Em matéria de eclipse das liberdades os fatos evocados no livro atestam o caráter feudal do poder dos estancieros, e o fato da única esperança de democracia no Rio Grande do Sul residir na época nas camadas sociais dos agricultores e empresários oriundos da imigração.

Confrontando essa informação com outros dados básicos da narração: por um lado a revolta federalista ser essencialmente uma revolta de latifundiários e, por outro lado, o apoio dado a Castilhos pelos industriais, comerciantes contrários ao contrabando, proletários, profissionais, intelectuais e, de uma maneira geral, pelos jovens (pág. 80); vê-se que a guerra civil de 1893 foi um choque de interesses sociais e econômicos e não apenas uma disputa de poder entre caudilhos. Sabe-se ainda que entre os que preferiam à "barbárie anárquica" dos caudilhos à "barbárie" togada de Castilhos, contavam-se os imigrantes ou descendentes de imigrantes, as camadas potencialmente democráticas da sociedade.

Por mais que o autor lembre nunca ter ficado absolutamente clara a linha divisória entre as camadas sociais que apoiavam o governo e os rebeldes, essas informações bastam para evidenciar um choque his-

tórico que não permite reduzir a atuação de Castilhos, como tampouco aliás a de seus inimigos, a simples busca do poder pelo poder e da matança pela matança.

A guerra civil teve sentido histórico. Entre os motivos econômicos e sociais da luta figuram fatos concretos como as posições opostas em relação ao tratado de comércio com os Estados Unidos de 1891 (p.79) prejudicial aos agricultores e fabricantes e favorável aos estancieros.

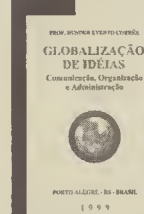
Castilhos defendia uma política protecionista, ao passo que Silveira Martins era um livre-cambista. Nesse quadro não se pode reduzir a figura de Castilhos a de um simples déspota criminoso político. Defendia setores da sociedade contra outros. A dureza da luta que o governo republicano enfrentava também se comprova em dados da própria narrativa. Tinham os rebeldes acesso ao asilo inviolável do território do Uruguai cujo governo simpatizava com os fazendeiros da Fronteira, muitos dos quais eram proprietários ricos e influentes também no país vizinho.

Também fica claro que em matéria de crueldades na guerra houve simetria, não cabendo fazer da prática da degola uma característica própria da ditadura castilhista. O repúdio retrospectivo às práticas bárbaras se macularia de hipocrisia se distinguisse entre os responsáveis por afinidades políticas. Todos sabem que as degolas de 93 foram poucas em comparação com as que resultaram da convicção do libertador Simon Bolívar em seu tempo de que os soldados da Coroa espanhola nascidos na América mereciam a morte como traidores da Pátria.

Por fim, a consistência histórica da ação de Castilhos confirma-se nas palavras do opositor Apolinário Porto Alegre, após a vitória do governo, reconhecendo no ditador vitorioso capacidade administrativa e probidade. A interpretação global dos acontecimentos de 1893 preserva a dignidade histórica de Júlio de Castilhos.

Obra: *O homem que inventou a ditadura no Brasil*
Autor: Décio Freitas. Editora Sulina, 220pp, R\$20,00

ORELHA



Globalização de Ideias
Hunder Everio Corrêa
Segundo o autor, professor e jornalista, trata-se de um compêndio das matérias ministradas em suas aulas. Destinado a todos que desejam adaptar-se à sociedade moderna que está surgindo sob o signo da Era da Globalização. Editora Evangraf. 94p.



Seres, coisas, lugares - Do teatro ao futebol
Decio de Almeida Prado
Vinte textos do crítico teatral sobre teatro, música popular e futebol, além da evocação de mestres e amigos como Lévi-Strauss e Antonio Candido. Companhia das Letras. 232p.

A dança do universo - Dos mitos de criação ao Big-Bang
Marcelo Gleiser
Apresenta versões de diversas culturas para o mistério da criação até desembocar na explicação da ciência moderna para o surgimento do Universo. Companhia das Letras. 448p.

AD NAUSEAM

COZINHA MARAVILHOSA DE TONINHO MALVADEZA...



HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo

WWW

Saúde
☒ www.hospvirt.org.br
Projeto da Unicamp para a troca de informações na área de saúde
Consumidor S.A.
☒ www.uol.com.br/idec/consumidora
Testes de produtos e dicas úteis

Desde 1992 tramita na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional sobre a Reforma do Poder Judiciário (PEC 92/96), de autoria do então deputado Hélio Bicudo (PT-SP). O projeto ficou na gaveta enquanto o Executivo ia "reformando" o Judiciário a seu modo, através de vários dispositivos. Agora, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, num lance de clara pirotecnia política, propôs uma CPI para investigar a Justiça. Pela biografia de ACM e pelo estardalhaço que tem feito, não há evidências de que esteja preocupado com o aperfeiçoamento de um dos Poderes da República. Para conversar sobre o assunto, o **ADVERSO** entrevistou o ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, advogado trabalhista que integra a Assessoria Jurídica da Adufrgs.

Silvanio Mariani

ADverso - Qual é a sua avaliação do conflito iniciado pelo presidente do Senado e que resultou na CPI do Judiciário?

Tarso Genro - O Poder Judiciário criou as condições para uma investida política do projeto neoliberal capitulando para o Executivo numa série de questões essenciais como, por exemplo, na natureza das medidas provisórias, que deveriam ser aceitas em caso de urgência e relevância e foram se universalizando com novos tipos de decretos-lei semelhantes àqueles do regime militar. Embora o Poder Judiciário seja conivente, essa investida é contra o equilíbrio dos Poderes. Na verdade, é uma investida contra aquilo que o Poder Judiciário contém de carga residual do Estado como órgão regulador. Este é o motivo macro, mas tem outro. Essa ofensiva é necessária para desfocar o confronto político que suscita juízos sobre o Executivo e seu estelionato eleitoral. É óbvio que o Judiciário tem que ser reformado mas este não é o objetivo dessa CPI. A investigação teria finalidades totalmente espúrias porque não visaria sequer investigar profundamente. Se visasse, teria que começar, por exemplo, a investigar o Poder Judiciário na Bahia, onde nós temos os elos mais frágeis do Judiciário, totalmente subordinados ao caciquismo do senhor Antônio Carlos Magalhães há muitos anos.

Adverso - De acordo com o que o senhor disse, pode-se interpretar que o conflito é mais pirotecnia do governo do que disposição em solucionar os problemas do Judiciário?

Tarso - Eu diria que secundariamente é isso. Mas é um movimento mais complexo, que vem da necessidade de homogeneização que o grande capital financeiro internacional tem de realizar nos países da semiperiferia. Ou seja, Estado mínimo, redução dos direitos sociais e a impotência do Judiciário perante o Executivo. O Estado mínimo necessita de um Estado forte para intervir na função de outro tipo de regulação que é a regulação das operações do capital financeiro.

Adverso - O senhor concorda que há problemas na Justiça brasileira?

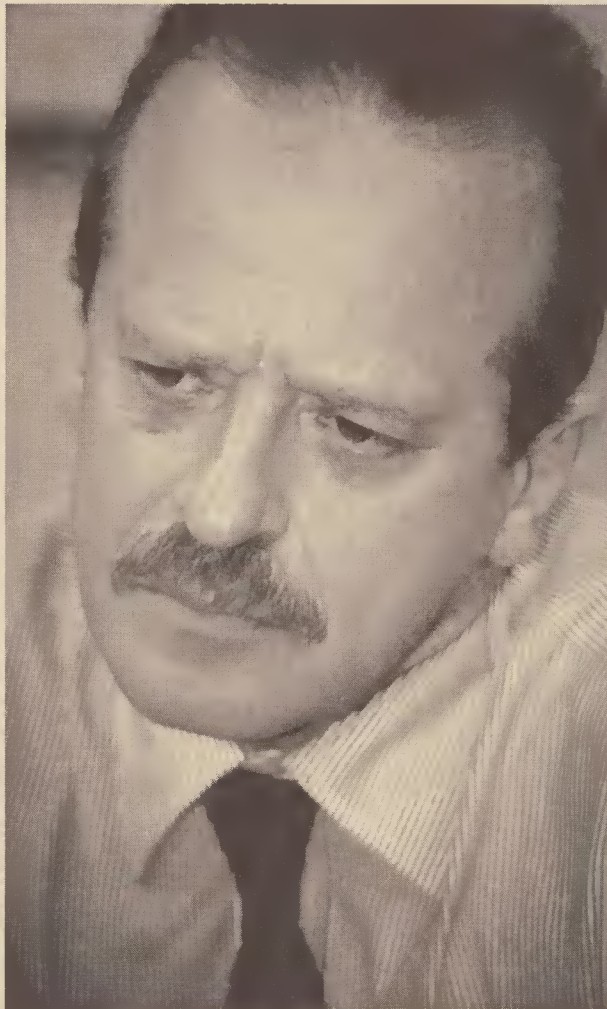
Tarso - Sim. Nós temos que reformar a estrutura do Judiciário e democratizar a indicação de desembargadores e ministros, prestigiar a carreira dos juízes, abreviar tanto o processo civil quanto o processo penal, e temos que dotar o Judiciário de meios técnicos para apuração de determinados delitos, como os do colarinho branco. E também estabelecer controle público sobre esse Poder.

Adverso - A Justiça no Brasil é lenta?

Tarso - É muito lenta. E aí nós temos problemas legais e de sobrecarga. É mentira que o Judiciário é responsável pela lentidão dos processos. Isto é ape-

"O Brasil corre o risco da fujimorização"

Fabírcia Osanai



Tarso: "Perda da governabilidade está a caminho"

nas uma parte. Evidentemente que há juízes relapsos, como tem profissional relapso em qualquer atividade, mas as causas estruturais são constituídas de uma parte pelos sistema de legal e de outra por insuficiência de recursos para que magistrados tenham condições de operar os processo com rapidez.

Adverso - Mas há críticas com excessos de gastos, construção de palácios...

Tarso - Isso é verdadeiro, mas não se aplica somente ao Judiciário. Todos os poderes gastam demais e de forma errada no país. Temos uma tradição onde os espaços do poder pertencem às elites e elas querem marcar a força da sua presença com a exibição de um potencial material. E também há a tradição firmada pela ditadura de construção de prédios faraônicos. Mas isso não justifica uma CPI contra o Judiciário. O que temos que fazer é uma investigação em todos os poderes sobre os gastos públicos.

Adverso - O senhor já se manifestou favoravelmente a uma reforma no Judiciário. O que deveria ser alterado?

Tarso - Deve-se dotar esse Poder de maior rapidez, possibilitar o acesso da população mais pobre, e tem que ser um Poder com capacidade técnica muito maior do que tem hoje. Com esses três elementos, o Poder Judiciário poderia se recolocar novamente como um instrumento fundamental da consolidação do regime democrático no país. No momento que você resiste à destruição do Judiciário enquanto um poder soberano, você está resistindo ao projeto neoliberal que não tem condições de se implantar no país através do Estado Democrático de Direito, que tem que ser destruído para ser implantado na sua plenitude, como ocorreu no Peru.

Adverso - O senhor falou de fujimorização. Nós corremos esse risco?

Tarso - Sem dúvida, e esse processo já está no seu início. O desejo íntimo de FHC, que talvez ele não tenha coragem de dizer nem para a Dona Ruth, é de se tornar uma espécie de Fujimori no Brasil.

Adverso - Os jornais já noticiam que FHC quer "firmeza" na CPI do Judiciário. O presidente abandonou sua aparente neutralidade?

Tarso - Não me surpreende essa afirmação e consolida o que disse antes. É a mesma firmeza que o Congresso não teve para investigar a compra de votos par a sua eleição.

Adverso - Pelo que se vê na mídia, o cenário político é dominado por atores aliados ao governo. Por que a oposição não se manifesta?

Tarso - Porque ainda não encontrou o eixo de incidência política que estabeleça um nexo entre a conjuntura econômica e social e esta questão mais estrutural que é o momento da definitiva implementação do projeto neoliberal no país. Eu entendo que, sem uma impugnação frontal da força política de FHC e a impugnação de sua legitimidade, a oposição vai continuar impotente, vai fazer uma oposição formal mas de fato não vai conseguir obstruir o projeto. Eu acho que a tarefa fundamental é buscar condições políticas para, no momento propício, detonar uma campanha para interromper o mandato de FHC. Nós temos a possibilidade de perda de governabilidade e de uma deterioração completa da situação econômica do país. Nestas condições, é óbvio que as elites vão propor a sua saída, que é a saída parlamentar, tendo ACM como primeiro-ministro. Isso seria um parlamentarismo de cabresto, simplesmente para fazer transição entre FHC e ACM.

Adverso - É factível essa possibilidade de ACM vir a ser o primeiro-ministro?

Tarso - Eu tenho certeza que esta é uma das variáveis que estão sendo tratadas. Isso pode ser observado na forma como a mídia tem tratado o ACM. Ele tem muitos flancos abertos, tem muitas explicações para dar à sociedade. Desde a sua relação com a ditadura militar até o envolvimento com problemas graves no sistema financeiro. Nenhum desses pontos é explorado pela mídia. Pelo contrário, os grandes formadores de opinião comprometidos com o governo e as reportagens das grandes TVs e das grandes revistas vêm incensando o ACM e apontando entre os seus "aspectos positivos" como o homem que teve a coragem de enfrentar o Judiciário. Ora, não é necessário nenhum tipo de coragem para, com o poder que ele tem e com o apoio da mídia, atacar um poder que se enfraqueceu. E se enfraqueceu por conta própria, porque não teve a capacidade de resistir à destruição do tecido constitucional básico que vem sendo realizado pelo governo FHC através da emissão de milhares de medidas provisórias que atentam contra a ordem jurídica e contra a repartição dos Poderes no país.

Adverso - Não teve condições ou não quis resistir?

Tarso - Isso é um problema ideológico e cultural. Em Brasília, nós temos ministros desembargadores que refletem nesse poder as diversas posições da sociedade. Nessa conjuntura, o poder Judiciário, pela sua maioria, acedeu a ser um estruturador do projeto neoliberal, da redução da capacidade pública do Estado, da submissão do Legislativo ao Executivo. Não diria que foi uma posição determinada por todos os integrantes do judiciário mas, sim, de uma maioria. *